

FRANCISCO BORGES

O PERIGO CONCRETO, ENTRE FACTOS E VALORAÇÕES

CONTRIBUTO PARA
A DELIMITAÇÃO DO ELEMENTO
OBJECTIVO DOS CRIMES DE
PERIGO CONCRETO



AB VNO AD OMNES

Coimbra Editora

ÍNDICE

Nota prévia	7
Abreviaturas	9
Introdução	11

CAPÍTULO I O DIREITO PENAL ENTRE O MUNDO DA NATUREZA E O MUNDO DOS VALORES

1. Limites ônticos e normativos do direito penal	15
2. O direito penal enquanto sistema teleológico-funcional e racional	20
3. Elementos descritivos e normativos do tipo	22
4. Síntese	24

CAPÍTULO II CONDICIONAMENTOS ÔNTICOS E EPISTÉMICOS DO CONCEITO DE PERIGO

1. Perigo e probabilidade	27
1.1. Perigo e incerteza	27
1.2. A incerteza implicada pelo modelo da física quântica	29
1.3. A natureza do juízo de probabilidade.....	35
1.3.1. Probabilidades objectivas	35
1.3.2. Probabilidades subjectivas	39
1.3.3. Síntese de ambas as perspectivas	41
1.4. Conclusão no âmbito do perigo.....	43
2. A natureza do perigo: superação da dicotomia objectivo/subjectivo	44
2.1. Enquadramento.....	44
2.2. Conceito subjectivo de perigo.....	46
2.3. Uma visão causal-monista ultrapassada?.....	47
2.4. O perigo como propensão.....	48

2.5. A crítica conceptual de Horn	50
2.6. Relativização e síntese	52

CAPÍTULO III PERIGO E ABSTACÇÃO DE CIRCUNSTÂNCIAS

1. A tensão inerente ao fenómeno do perigo: entre a certeza e a incerteza..	55
2. Necessidade de adopção de um ponto de vista	58
2.1. Prognose ou diagnose?	58
2.2. Incerteza mesmo <i>ex post</i> ?	62
2.3. Arbitrariedade de uma investigação sem limites	64
2.4. Causalidade e abstracção de circunstâncias	67
2.5. Conclusão no âmbito do perigo	69
3. A abstracção de circunstâncias na doutrina jurídico-penal	71
3.1. Considerações preliminares	71
3.2. Horn e o conceito naturalístico de perigo	73
3.2.1. Apresentação	73
3.2.2. Apreciação crítica	79
3.3. Juízo de prognose póstuma e valorações complementares	87
4. Recusa de abstracção de circunstâncias: revisitação	91
4.1. Uma releitura benigna	91
4.2. A iminência	97
4.2.1. A entrada do objecto de bem jurídico no círculo de perigo	99
4.3. A opacidade típica	104
4.4. Inexistência de fonte de perigo ou objecto passível de lesão	106
4.5. Reconstituição <i>ex post</i> do processo causal	107

CAPÍTULO IV ANÁLISE DO CASO DA PASSAGEM DE NÍVEL

1. Enquadramento	111
2. Apresentação do caso	112
3. Posição de WOLTER	117
4. Análise crítica	122
4.1. Considerações preliminares	122
4.2. A velocidade do automóvel	124
4.3. As condições de visibilidade	125
4.4. Certeza e incerteza relativas	126
4.5. Limites do inquérito e exigências probatórias	131

4.6. A assunção implícita de um ponto de vista	133
4.7. A reviravolta inesperada do acontecimento	136
4.8. O tempo do juízo.....	142
4.9. Natureza extraordinária do salvamento do bem	145
4.10. Dimensão normativa da concepção de Wolter.....	152

CAPÍTULO V CONCEITO NORMATIVO E REALIDADE SOCIAL DO PERIGO

1. Conceito normativo de perigo	155
1.1. Enquadramento	155
1.2. Schünemann.....	156
1.3. Demuth	161
1.3.1. Apresentação	161
1.3.2. Componente externa e interna do perigo	163
1.3.3. A eficácia dos meios de salvamento.....	167
1.3.4. A reconstrução de Angioni e a dimensão espaço-temporal do perigo	170
1.3.5. A descrição do evento	174
1.4. Balanço	176
2. A realidade social do perigo.....	177
2.1. Enquadramento	177
2.2. O perigo como conceito disposicional.....	178
2.3. Síntese	183

CAPÍTULO VI O PERIGO CONCRETO COMO RESULTADO

1. Enquadramento	185
2. Qualificação prima facie do perigo concreto como resultado	186
3. O resultado em sentido jurídico-penal	190
3.1. Dois sentidos de resultado	190
3.2. Distinção entre crimes de resultado e de mera actividade.....	196
3.3. Delimitação do resultado em sentido estrutural.....	202
3.4. O bem jurídico como objecto susceptível de lesão e colocação em perigo	204
3.5. O resultado e o ilícito penal: desvalor de acção e desvalor de resultado	209
3.6. O resultado enquanto técnica de descrição da conduta típica	216
3.7. Função processual do resultado	219
3.8. Resultado e fins das penas.....	220
3.8.1. O princípio da culpa	220
3.8.2. Prevenção geral.....	222
3.8.3. Prevenção especial.....	224

4. Caracterização final do perigo concreto como resultado.....	225
4.1. Considerações preliminares.....	225
4.2. Referência a um objecto de bem jurídico concreto	227
4.3. A autonomia do perigo concreto face à acção.....	228
4.4. Casos de coincidência do tempo do perigo com o tempo da acção	233
4.5. Resposta às críticas e balanço	236
5. O desvalor do perigo concreto	241
5.1. A norma de determinação.....	241
5.2. Dano “sui generis”?	244
5.3. O pior de dois mundos?	248
5.4. Perigo concreto e prevenção geral.....	252

CAPÍTULO VII O JUÍZO DE PERIGO CONCRETO

1. Em busca de uma solução	261
1.1. O desafio.....	261
1.2. A iminência, novamente.....	262
1.3. Isolamento de uma fonte de perigo e de um objecto passível de lesão?	266
1.4. Uma questão de descrição?	273
2. Delimitação da base de informação do juízo.....	278
2.1. Conjugação de perspectivas	278
2.1.1. Agente e vítima	278
2.1.2. A fonte de perigo	281
2.1.3. O grau de descrição e a dinâmica da situação	284
2.1.4. A objectividade possível.....	292
2.2. O modelo de observador	296
2.3. Base de informação nomológica	300
2.4. Conhecimentos e capacidades do agente	304
2.5. Conhecimentos e capacidades da vítima	308
2.6. Circunstâncias reconhecíveis ou atestáveis?	310
2.7. Primeira correcção: medidas de salvaguarda previamente estabelecidas	312
2.8. Segunda correcção: inidoneidade absoluta da fonte de perigo	315
3. O juízo de perigo propriamente dito.....	318
3.1. Recondução a uma exigência de probabilidade?.....	318
3.2. Análise do juízo de perigo	322
3.2.1. O controlo.....	322

3.2.2. Proximidade espácio-temporal	327
3.2.3. Probabilidade	332
SÍNTESE — O CONCEITO DE PERIGO CONCRETO	339
CONCLUSÃO	341
Bibliografia.....	345
Índice.....	359



AB VNO AD OMNES

Coimbra Editora

www.coimbraeditora.pt

GRUPO

GESTLEGAL